

SINDSEF-SP

SINDICATO DOS
TRABALHADORES NO
SERVIÇO PÚBLICO
FEDERAL DO ESTADO
DE SÃO PAULO

153

JUL/AGO 2014



FILIADO À **CONDSEF**



19º CONGRESSO do Sindsef-SP

26 e 27 de setembro de 2014
São Paulo - SP

EDITORIAL

*Respeito aos
movimentos sociais e
a todos aqueles que
lutam!*

Pág. 02

CONJUNTURA | MOVIMENTO

*Apoio à luta do povo
palestino contra a agressão
de Israel
Avaliação e atividades para
o próximo período*

Pág. 03

GIRO NOS ÓRGÃOS

*MTE, IPEN, Aposentados,
Cultura, DPU, Ibama,
Incra*

Págs. 04-07

ATIVIDADES

*Assembleia geral abre
Pré-Congresso do Sindsef
Conselho Deliberativo
debate o Desmonte do
Estado*

Pág. 08



Respeito aos movimentos sociais e a todos aqueles que lutam!

O ANDES (Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior) e o Sinasefe (Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica), duas importantes entidades do funcionalismo público federal ligadas a CSP-Conlutas, divulgaram nota conjunta contrária ao processo de criminalização dos movimentos sociais que tem acontecido por parte dos governos federal, estaduais e municipais, desde as grandes manifestações de junho do ano passado.

O Sindsef-SP, que tem participado ativamente das atividades para combater e denunciar a escalada de repressão no país, reivindica a iniciativa.

A nota se baseia no direito cons-

titucional de todos os cidadãos brasileiros se manifestarem livremente, como também no direito à associação e liberdade de expressão. Tem sido corriqueira a criminalização dos movimentos sociais quando estes se manifestam contra os interesses dos governos de plantão.

A nota resgata que durante o período de realização da Copa do Mundo, vivenciou-se no Brasil um regime de exceção repressor só antes visto em tempo de ditadura militar. Não é possível aceitar em silêncio os desmandos de governos que se utilizam dos aparelhos de estado para sufocar a sociedade crítica e aprofundar o processo de mercantilização e privatização que se instalou neste breve período de Copa do Mundo. O Brasil não vive mais na ditadura, vivemos o estado democrático de direito. A Lei da Copa não é a Constituição Brasileira.

Em São Paulo, dois ativistas seguem presos: o estudante e funcionário da USP Fabio Hideki Arano, que integra o Sindicato dos Trabalhadores da USP (Sintusp) e o professor de inglês e assistente de help desk Rafael Marques Lusvarghi. A alegação é de que ambos portavam artefatos explosivos em manifestação realizada contra as injustiças da Copa em São Paulo. Eles foram acusados de associação criminosa, incitação ao crime e porte de ex-

plosivo. Vídeos do momento em que a polícia aborda os manifestantes foram divulgados pela organização "Advogados Ativistas". Nas imagens, nada é encontrado pelos policiais, que mesmo assim os prende.

No Rio de Janeiro, na véspera da final da Copa do Mundo, ativistas tiveram prisão preventiva decretada pela "intenção de praticar atos de vandalismo na final da Copa", ou seja, foram presos sem sequer terem praticado qualquer tipo de ação, com base em denúncias vagas e suposto planejamento de ação.

Em Porto Alegre, seis ativistas do Bloco de Lutas pelo Transporte Pú-

blico enfrentam, desde maio, a acusação de "formação de associação criminosa" e "prática de dano ao patrimônio", por reivindicarem um transporte público e de qualidade.

Essas e outras medidas de repressão, que tem crescido a cada dia, foram alvo de críticas em audiência pública promovida pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) do Senado no dia 14/07.

Repudiamos as prisões arbitrárias e exigimos o respeito aos movimentos sociais e a todos aqueles que lutam pela liberdade e defesa dos interesses do povo brasileiro.



Expediente:

JORNAL DO SINDSEF-SP - Publicação mensal do Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Federal do Estado de São Paulo - Rua Alvares Penteado, 97 - 6º andar, Centro, São Paulo/SP - CEP: 01012-001
Tel.: (11) 3106-6402 | (11) 5085-1157 | Site: <http://www.sindsef-sp.org.br> | Facebook: [sindsefsp](https://www.facebook.com/sindsefsp) | E-mail: imprensa@sindsef-sp.org.br | Jornalistas responsáveis: Fábica Corrêa (MTB 31270/RJ) / Lara Tapety (MTE 1340/AL)
Colaborou para esta edição: Eliana Maciel | Tiragem: 7.000 Exemplares | Projeto Gráfico / Diagramação: Lara Tapety | Impressão: Grafis Soluções Gráficas Ltda.

PRESTAÇÃO DE CONTAS - 2014

MAIO

SALDO INICIAL	R\$ 127.808,99
TOTAL DAS RECEITAS (Consignações dos filiados, pagto. empréstimos, aplicação da poupança etc.)	R\$ 207.921,95
DESPESAS	
ADMINISTRATIVO (Aluguel da sede central e do núcleo de Pirassununga, custas processuais, manutenção da sede, copa e limpeza, material de escritório etc.)	R\$ 26.108,92
FUNCIONÁRIOS (FGTS, salários, encargos e benefícios.)	R\$ 65.539,04
SINDICAL (Assembleias, palestras, seminários, atos etc.)	R\$ 66.480,82
CONTRATOS / PRESTADORES DE SERVIÇOS (Contabilidade, Jurídico, informática etc.)	R\$ 37.435,80
IMPRESA (Jornal, boletins, cartazes, faixas, assinatura Folha de São Paulo)	R\$ 2.175,80
CORREIOS (Envio de jornal, impresso especial etc.)	R\$ 3.492,85
CONTRIBUIÇÃO SINDICAL (CONDSEF CSP-Conlutas etc.)	R\$ 26.337,62
VEICULO (Seguro, combustível, pedágio, estacionamento etc.)	R\$ 1.933,61
TELEFONES (Celulares e Telefônica)	R\$ 4.169,31
TOTAL DAS DESPESAS	R\$ 233.673,77
RESULTADO RECEITAS (-) DESPESAS	- R\$ 25.751,82
SALDO FINAL	R\$ 102.057,17

FISCALIZE AS CONTAS DO SEU SINDICATO! ESSE DINHEIRO TAMBÉM É SEU.

ERRATA: A prestação de contas do Jornal do Sindsef-SP de Junho/2013, edição nº 152, é referente ao mês de abril, não de março de 2014.



Apoio à luta do povo palestino contra a agressão de Israel

A assembleia estadual do Sindsef-SP aprovou moção de solidariedade e apoio à luta do povo palestino. Israel está promovendo um verdadeiro massacre, se aproveitando da sua brutal superioridade militar. São mais de 1.400 mortos, em uma barbárie que está atingindo escolas e hospitais, com muitas crianças entre as vítimas.

O bombardeio indiscriminado da população civil transformou Gaza em um gueto, cercado e isolado, que agora está sendo invadido por tanques, sem que a população possa fugir ou se refugiar em qualquer lado.

Israel tentou utilizar a farsa de que está se “defendendo contra terroristas”, mas no mundo todo existe uma indignação contra o genocídio. Mesmo com todo apoio não disfarçado da mídia mundial, não dá para esconder o massacre. As redes sociais em todo o mundo estão cumprindo, mais uma vez uma tarefa progressiva, mostrando as imagens.

A resultante é que temos em muitos países as maiores mobilizações contra o massacre e nos territórios ocupados é possível que ecloda uma terceira intifada (levante espontâneo da população

civil palestina atirando paus e pedras contra os canhões militares israelitas), pelo grau de revolta da juventude.

Fazemos um chamado para que o governo brasileiro rompa suas relações diplomáticas e os acordos militares com Israel. O governo petista fez uma crítica suave ao “uso da força de forma desproporcional” por parte de Israel, e recebeu uma resposta extremamente dura do governo sionista, que afirmou que o Brasil era um “país irrelevante”, um “anão diplomático”. Caso não responda à altura estará de fato reduzindo sua estatura.

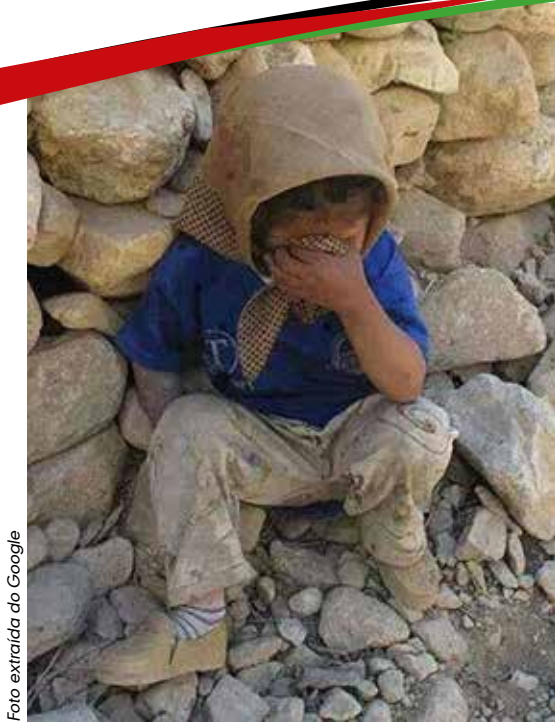


Foto extraída do Google

MOVIMENTO

Avaliação e atividades para o próximo período

O Fórum Nacional dos Servidores Públicos Federais fez um balanço do processo de construção da greve do funcionalismo federal, que infelizmente não ocorreu de forma unitária neste ano de 2014, apesar da situação política ser muito favorável.

A síntese é que, por razões distintas, e cada entidade possui sua análise, as organizações dos servidores federais não conseguiram editar o amplo processo de mobilização do ano de 2012. As iniciativas de unidade tratadas no Fórum das Entidades Nacionais, infelizmente não foram suficientes para o desenvolvimento de uma campanha salarial que avançasse para uma greve unificada no setor. Ainda assim, vivemos importantes mobilizações nas bases de Fasubra, Sinasefe, Fenajufe, Condsef (setor da Cultura) e entre os trabalhadores do IBGE, que ainda seguem em greve nacional. O governo reagiu duramente usando, inclusive, da judicialização e criminalização dos movimentos grevistas. As lutas desenvolvidas por esses setores do funcionalismo federal são exemplos



Marcha em Brasília realizada em 24/04/2013

Foto: Abr

para o conjunto da categoria e apontam as perspectivas para novamente unificarmos nossas ações no próximo período.

O Fórum apontou algumas iniciativas importantes:

1. Participação nas atividades do movimento em Defesa dos Aposentados e Pensionistas do Serviço Público e do Regime Geral da Previdência Social com objetivo de aprovar a PEC-555/06 e PL-4434/08.

2. Acompanhar, e se preciso organizar ações para evitar a votação de projetos que atentem contra os di-

reitos dos servidores públicos, neste final de legislatura do Congresso Nacional;

3. Lutar pela revisão da cesta de benefícios sociais, uma vez que não há limite legal para a recomposição de seus valores, dado que esses recursos são considerados “verbas de custeio”, não mexendo, portanto, no orçamento geral da União. A Condsef fica responsável por encaminhar ofício ao MPOG solicitando reunião com o Fórum para tratar desse assunto, sem prejuízo da manutenção de nossa pauta geral unificada;

4. Realização de um Seminário Nacional dos SPFs na primeira quinzena de novembro-2014. Os temas serão definidos na próxima reunião do Fórum Nacional, porém antecipar-se que estará em debate a conjuntura política e econômica do país, a campanha salarial-2015, combinada com mobilização e luta contra a criminalização dos movimentos sociais, e organização e unidade dos servidores públicos federais.

O Sindsef-SP estará engajado na construção destas atividades.



MTE

Servidores devem lutar contra a implementação do SUT

Assembleia estadual do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE/SP) elegeu os delegados que representarão o setor no Seminário Nacional sobre a criação do Sistema Único do Trabalho (SUT), que ocorre entre os dias 8 e 10 de agosto, no Distrito Federal.

O evento reunirá as principais entidades dos servidores do MTE para discutir as mudanças defendidas pelo governo com a implementação do SUT. A elaboração do projeto prevê alterações significativas na estrutura do órgão, entre elas a transferência de funções das Superintendências Regionais do Trabalho e Emprego (SRTE's) para os estados e municípios. Ou seja, retira atribuições dos servidores federais, além de favorecer a contratação de mão de obra terceirizada por meio da realização de convênios.

Na avaliação do Sindsef-SP esta proposta é mais um ataque do governo Dilma aos trabalhadores, pois amplia o sucateamento do órgão e a desvalorização do servidor. Primeiro o órgão é abandonado, não há investimentos, não são realizados concursos, as condições de trabalho são as

piores possíveis e os servidores são pressionados a trabalhar até o limite da exaustão. Depois, quando a situação torna-se insuportável, acenam com uma ilusória solução mágica: criar um novo sistema que mudará a atual realidade. Este filme já foi visto em outras ocasiões, é preciso ficar alerta.

Os servidores devem estar preparados para enfrentar mais um desafio: Barrar a implementação do SUT. “Não podemos alimentar ilusões de que este projeto irá melhorar nossa carreira. Isso é ingenuidade!”, alertou a diretora e servidora do MTE, Liliane Silva.

A postura da direção da Condesf foi duramente criticada na assembleia. Liliane denunciou que foi aprovado um encontro nacional no início de 2013, mas até o momento não foi realizado pela confederação. Por isso, a delegação do Sindsef-SP irá participar do seminário com o compromisso de lutar contra esta proposta e buscar dar um caráter deliberativo para o evento.

Os servidores ainda aprovaram duas moções de repúdio. A primeira contra proposta do SUT e a segunda à Condesf, por não realizar o En-



César Lignelli, advogado do Sindsef-SP fala aos servidores em assembleia

contro Nacional do Setor aguardado desde 2013.

Avanço

Outro ponto da pauta foi sobre a ação de interdição do prédio da superintendência por falta de condições de segurança e por expor trabalhadores e usuários à risco de uma tragédia de grandes proporções. Após duas audiências na justiça federal, o Sindsef-SP apresentou um cronograma de obras mais urgentes para realizar as adequações necessárias para que o edifício atenda as normas de segurança.

O juiz deixou claro que se as obras não forem realizadas dentro do cronograma, o prédio poderá ser interditado. E foi além, determinou que uma comissão criada por Brasília

envie relatórios periódicos sobre o andamento da reforma e mandou expedir um ofício para o ministro da pasta dando ciência de toda situação e pedindo liberação de verba para solucionar os problemas detectados.

A questão deixou de ser responsabilidade somente da superintendência, portanto se algo acontecer e for caracterizada omissão do órgão, o Sindsef-SP poderá responsabilizar administrativa e judicialmente o ministro do MTE.

Esta vitória é um importante avanço para combater o sucateamento e a falta de condições de trabalho presente em vários órgãos. A diretoria orienta que os servidores procurem o sindicato para denunciar as irregularidades no local de trabalho.

IPEN

Paralisação da CNEN está prevista para 12 de agosto

Está prevista para o dia 12 de agosto uma paralisação em todos os órgãos que compõem a Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN). São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Poços de Caldas e Recife são algumas cidades com grande possibi-

lidade de aderir à mobilização.

As reivindicações do movimento nacional são referentes à Gratificação Específica de Produção de Radioisótopos e Radiofármacos (GEPR) e às férias de 40 dias, divididas em dois semestres.



Paralisação do Ipen em agosto de 2012

Os trabalhadores querem que a GEPR seja regulamentada conforme lei de 2009 e que não seja restritiva. Segundo a Assipen (Associação dos Servidores do Ipen), há 3 meses esta gratificação está sendo cortada de uma parcela dos servidores. “A explicação dada é que eram de pessoas que passaram a receber a partir de 2010 e outros casos que não tinham na sua lotação vínculos com a produção radioisótopos, no entender do MPOG (Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão)”, disse Renato Benevenuti, diretor da entidade. Na realidade, não se sabe quais os critérios adotados até agora, já que não existe regulamentação e a GEPR

está sendo paga desde 2008.

Quanto as férias de 20 em 20 dias, elas eram recebidas desde 2010, mas existe informação por parte da administração da CNEN de que a concessão começou a ser interrompida por uma determinação do Tribunal de Contas da União (TCU). Vale lembrar que esse benefício foi concedido a todos servidores da CNEN pelo MPOG.

Os servidores do Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares (Ipen), em São Paulo, farão assembleia no dia 07 com indicativo de paralisação. Além das pautas gerais, também reivindicam mais verbas para o plano médico. O plano sofre um forte processo de sucateamento.

APOSENTADOS

Ações jurídicas e o combate ao racismo foram destaques na assembleia de aposentados e pensionistas

Aposentados e pensionistas da base do Sindsef-SP se reuniram em assembleia na capital paulista, no dia 25 de julho. Em pauta: Informes sobre a PEC 555/06, sobre ações jurídicas do sindicato, palestra “A violência contra o idoso” e uma saudação ao Dia da Mulher Negra Latino-Americana e Caribenha.

O evento contou com uma oficina de pintura desenvolvida pela diretora do Sindsef-SP, Edna Sampaio. A pedido de todos a oficina deverá se repetir em outras oportunidades.

A PEC 555/06, que trata da revocação gradual da contribuição previdenciária do servidor público aposentado, foi aprovada por uma comissão

especial há 04 anos, mas ainda não foi incluída em pauta no Plenário da Câmara e, portanto, precisa de pressão popular para que isso ocorra.

Neste sentido, estão sendo organizadas três mobilizações nos estados do Rio Grande do Sul (22/08), São Paulo (28/08) e Rio Grande do Norte (19/09). Em São Paulo, a atividade será na cidade de Santo André, em breve divulgaremos mais informações.

Informes jurídicos

O advogado César Lignelli, falou da ação contra o aumento abusivo da Geap, que aguarda o resultado do recurso do sindicato. “Em todo o Brasil as liminares suspendendo o aumento foram derrubadas, a do Sindsef-SP foi a última a cair e agora aguarda



Rosi Silva ministra palestra sobre a violência contra o idoso

Foto: Lara Tapety

resultado do recurso”, comentou Lignelli.

Em seguida destacou as diferentes ações que tratam da luta pela paridade entre ativos, aposentados e pensionistas. Depois da reforma da previdência de 2003, o governo criou as gratificações de desempenho e produtividade que tem pontuações diferentes para ativos e aposentados.

Foi necessário criar uma ação para cada órgão, por isso, existem diferentes resultados. Na Funasa, por exemplo, o processo está em fase de cálculos. Já na ex-LBA, a ação foi julgada procedente e aguarda a União apresentar recurso ao Supremo Tribunal Federal.

O Sindsef-SP segue realizando mobilizações visando sensibilizar os governantes para a questão.

Palestra sobre “A violência contra o idoso”

A assistente social Rosi Silva apresentou dados sobre o tema. Segundo ela, a violência contra o idoso é difícil de identificar, porque 70% das vítimas não apresentam queixas.

Levantamentos mostram que 90% dos casos acontecem em ambientes domésticos, sendo 50% cometidos pelos filhos das vítimas. Além das agressões físicas, os idosos sofrem abuso financeiro, sexual, negligência e abandono.

Em 15 de junho é celebrado o Dia Mundial da Conscientização da Violência à Pessoa Idosa. A data é importante para combater a violência, mas precisa ser acompanhada por políticas públicas neste sentido.



Assembleia dos servidores aposentados conta com informes jurídicos

Foto: Fábria Corrêa

Dia da Mulher Negra Latino-Americana e Caribenha

A palestrante, Paula Nunes, representando o Movimento Nacional Quilombo Raça e Classe, fez uma breve explanação sobre a origem do Dia da Mulher Negra Latino-Americana e Caribenha, celebrado em 25 de julho, e sobre a opressão enfrentada por elas.

A data surgiu há 22 anos, durante o I Encontro de Mulheres Negras Latino-Americanas e Caribenhas, realizado na República Dominicana, que reuniu mulheres negras de vários países para debater e combinar o combate ao machismo à luta contra o racismo.

Paula chamou a atenção para a necessidade de resgatar as origens his-

tóricas do racismo, para acabar com a invisibilidade dos negros e negras e desmitificar a ideia de que a opressão racista acabou.

A palestrante baseou-se em dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) para mostrar que, mesmo com o fim da escravidão, a situação das mulheres negras segue sem grandes mudanças.

Segundo o IPEA, 51% das famílias brasileiras são chefiadas por mulheres negras. Outro dado mostra que elas recebem os piores salários e ocupam as funções menos prestigiadas. “A média de salários que elas recebem é R\$ 500,00”, comentou. Elas estão nos postos de telemarketing, nas



Saudação do Quilombo Raça e Classe em referência ao dia 25/07

Foto: Fábria Corrêa

empresas de limpeza e nos empregos domésticos.

Paula também falou sobre os índices de violência policial e do genocídio da população negra. Citou a diferença salarial de até 70% entre um homem branco e uma mulher

negra.

Para defender o sistema de cotas raciais, apontou a falta de oportunidades presente no cotidiano da população negra. “É preciso investir em políticas públicas para mudar essa realidade”.



CULTURA

Greve segue suspensa e próximos passos serão debatidos em encontro nacional

Os servidores do Ministério da Cultura, autarquias e fundações vinculadas suspenderam a greve nacional do setor após a liminar do ministro do Superior Tribunal da Justiça (STJ), Napoleão Nunes, julgar o movimento ilegal e determinar o fim da paralisação.

Mesmo com a suspensão da greve, os servidores continuaram com as mobilizações. Uma das iniciativas foi realizar reunião com o ministro e denunciar que o governo não estabeleceu nenhuma negociação com os grevistas e que pretendia cortar o ponto dos trabalhadores.

No dia 26 de junho, o STJ determinou que o Ministério do Planejamento estabelecesse um processo de negociação com o setor até o dia 30 de junho. Nunes também afirmou que o governo estava proibido de cortar o ponto dos servidores pelos dias de paralisação e ainda ameaçou suspender a liminar caso a decisão fosse descumprida.

No entanto, mais uma vez, o governo não mostrou nenhum interesse em solucionar o problema. O prazo

dado pelo STJ esgotou e até o momento o Planejamento não marcou nenhuma negociação.

A situação foi denunciada ao STJ pedindo a revogação da liminar, a elaboração de folha suplementar para devolução dos valores indevidamente descontados e que fosse fixada multa diária de 100 mil reais contra a administração pública enquanto não cumprisse a determinação do Tribunal.

Porém, o judiciário entrou em recesso, e somente os processos considerados urgentes são apreciados neste período. Com isso, o pedido foi apreciado pelo Ministro Gilson Dipp, no exercício da presidência do STJ, que declarou que o caso deve ser analisado somente após o recesso. Isso mostra que a justiça não tem o mesmo rigor quando se trata de defender os trabalhadores.

Reunião com o MinC

No dia 03 de julho, representantes da Condsef e do Comando Nacional de Mobilização (CNM), atenderam a convocação da Secretaria-Executiva do Ministério da



Cultura, Ana Cristina Wanzeler. Segundo ela, o objetivo da reunião era formalizar uma Comissão Mista para discutir a “gestão participativa” e a construção do Plano de Carreira do setor.

Os trabalhadores rebateram que a reunião não cumpriu o papel de estabelecer uma mesa de negociação, pois não tratava da pauta de reivin-

dicação do movimento grevista e a ausência do MPOG também inviabilizava qualquer encaminhamento.

Encontro Nacional da Cultura

O Conselho Deliberativo de Entidades da Condsef aprovou a realização de um encontro nacional do setor, ainda no mês de agosto, para debater questões específicas e definir os rumos do movimento.

DPU

Servidores querem garantir direito à tratamento de saúde



Servidores da DPU/SP, lotados na capital, receberam o Sindsef-SP para uma assembleia no dia 24 de julho. Na ocasião, o secretário geral do sindicato, Carlos Daniel Toni, falou sobre a campanha salarial de 2014, deu informes sobre a situação da equiparação do ticket alimentação na administração pública, abordou a importância da organização sindical no local de trabalho e tomou conhecimento de algumas demandas específicas da unidade.

Uma situação em particular aflige os trabalhadores do local atualmente: A ameaça de compensação das ausências para consultas médicas e exames regulares de tratamentos de saú-

de, justificadas mediante atestados/declarações de comparecimento, mas que não são abonadas automaticamente pela legislação.

Vale destacar, que o número reduzido de recursos humanos e a sobrecarga de trabalho são os principais motivos de adoecimento dos servidores. Obrigá-los a compensar estas horas poderá inibir o tratamento, o que pode contribuir para agravar o problema.

O Sindsef-SP solicitou uma audiência com Defensor-Chefe para tratar deste tema e buscar sensibilizá-lo sobre a relevância da situação e da necessidade de resguardar a saúde do servidor.



IBAMA

Servidores debatem irregularidades do ponto eletrônico

O Sindsef-SP realizou assembleia local na superintendência do Ibama, em 11 de julho, para tratar de assuntos específicos dos servidores da unidade. Após os informes sobre a campanha salarial dos SPF's, a pauta girou em torno da ação do ponto eletrônico, ação da reforma do prédio, ação da progressão e ação da paridade entre ativos e aposentados.

A assembleia foi conduzida pelo servidor da área ambiental e secretário geral do sindicato, Carlos Daniel, e contou com a presença da advogada, Regiane Macedo, que falou sobre o andamento das ações e elucidou dúvidas dos presentes.

A ação do ponto eletrônico está em fase de produção de provas dos questionamentos apontados e das repercussões dessa situação no cotidiano dos trabalhadores.

Vale lembrar, que os servidores não estão questionando o controle da

jornada mas, sim, as irregularidades no funcionamento do equipamento e a falta de isonomia entre carreiras que possuem atribuições semelhantes, como, por exemplo, os procuradores que trabalham no prédio mas não são controlados pelo mesmo sistema.

Após amplo debate foi avaliado que existem provas suficientes em poder da chefia das incongruências detectadas e, na sequência, deliberaram que estas sejam disponibilizadas pela administração do órgão.

Em 2013, a falta de condições de trabalho e de segurança no prédio da superintendência levou o Sindsef-SP a ingressar com uma ação coletiva pedindo a interdição do edifício. Para evitar o fechamento da unidade, foi liberado parte da verba para providenciar as reformas necessárias e garantir as condições básicas de utilização da unidade sem colocar em risco os trabalhadores e usuários.

As obras foram iniciadas, porém a empresa prestadora do serviço não está cumprindo as obrigações trabalhistas e por falta de mão de obra a reforma foi interrompida no local. Esta situação foi levada ao conhecimento dos servidores em uma reunião chamada por representante da superintendência, onde foi pedido um prazo para solucionar a questão.

Expirado o prazo e vendo que o problema persiste, os servidores presentes na assembleia decidiram chamar outra reunião com a superintendência para buscar uma solução

definitiva que resulte na retomada das obras e que sejam adotadas medidas cabíveis contra a empresa prestadora de serviços.

Para o diretor do sindicato esta interrupção na reforma resgata uma outra demanda encampada pelo Sindsef-SP, que é a luta contra a terceirização no serviço público. “Outrora estes serviços de manutenção eram prestados por servidores públicos. A terceirização serve pra isso: lucro para iniciativa privada, precarização da mão de obra do trabalhador e prejuízo para o interesse público.”



Assembleia dos servidores do Ibama

INCRA

Veto da presidente impulsiona retomada da luta

Servidores do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) em São Paulo realizaram duas paralisações de 24 horas em protesto contra o veto da Presidente Dilma Rousseff ao projeto de reestruturação das carreiras do órgão.

A reestruturação equiparava as remunerações do INCRA às do IBAMA, corrigindo, em parte, a defasagem salarial acumulada nos últimos

10 anos, já que, em 2004, os dois órgãos possuíam salários equivalentes.

As paralisações aconteceram nos dias 30 de junho e 03 de julho e contaram com adesão de quase 100% do quadro de funcionários.

Os motivos que impulsionaram a mobilização foram explicados em uma nota pública divulgada pelos servidores aos usuários que estiveram na superintendência, nos meios

de comunicação do sindicato e também encaminhada para imprensa em geral.

Com o veto, outra demanda que fica sem solução é a reposição de mão de obra, pois o projeto previa a criação de cerca de 2 mil cargos no órgão. O número de servidores atualmente no órgão gira em torno de 5mil, sendo que destes 2 mil já estão aptos para aposentadoria. “Em 1985 quase 10 mil servidores atendiam 67 assentamentos, mas atualmente são 5,7 mil servidores para atender 9 mil assentamentos”, denunciam na nota pública.

Sem realização de concurso o Incra em breve terá apenas 3,7 mil servidores para atender cerca de 10 milhões de pessoas – entre assentados, acampados, quilombolas, ribeirinhos, moradores de Resex (Reserva extrativista) e comunidades tradicionais.

Os servidores de São Paulo também aprovaram uma moção de repúdio ao ministro do Desenvolvimento Agrário, Miguel Rossetto, e ao presidente do Incra, Carlos Guedes, por não terem defendido as justas reivindicações do setor.

“Ressaltamos que o INCRA vem acumulando nos últimos anos a execução de novas ações e programas para o meio rural, anunciados com estardalhaço, mas sem a necessária adequação de orçamento, capacitação de pessoal e gestão qualificada. O desmonte do órgão mostra o descaso e a omissão do governo federal em relação à reforma agrária, o que contraria na prática o discurso governamental de inclusão social, desenvolvimento do campo e de segurança alimentar”, finalizaram. (Nota completa no site – www.sindsef-sp.org.br).



Servidores do Incra fazem paralisação no dia 03/07.



Assembleia geral abre Pré-Congresso do Sindsef

Assembleia Estadual realizada no dia 26 de junho de 2014



Foto: Fabia Corrêa

A assembleia geral do Sindsef-SP, realizada em 26 de julho, começou com informes específicos dos órgãos, onde vários problemas foram debatidos. Um deles, de interesse de todos os servidores do executivo, tem a ver com a equiparação do auxílio-alimentação. Atualmente existe um abismo entre os valores repassado aos servidores dos Três Poderes. No Executivo o valor é R\$ 373,00, enquanto o Legislativo e o Judiciário pagam respectivamente, R\$ 741,00 e R\$ 710,00. Apesar disso já ter sido questionado legalmente, a (in)Justiça negou a equiparação.

Também foram dados informes sobre o sucateamento e falta de recursos em vários órgãos, o projeto do SUT que desmonta o MTE, a retirada de direitos dos servidores do IPEN, entre outros.

A situação financeira da Condsef ganhou destaque na assembleia, pois a entidade está com um déficit de 2 milhões. No seminário de finanças da confederação foram apresentadas 20 medidas para tentar solucionar o problema. Os diretores do Sindsef-SP que participaram da atividade questionaram os desvios burocráticos e os privilégios dos dirigentes da confederação.

Com a leitura do edital de convocação, publicado no Jornal Diário de São Paulo, em 24/07, foi declarado aberto o período de Pré-Congresso do Sindsef-SP. A realização do 19º Congresso da entidade será nos dias 26 e 27 de setembro de 2014, a partir das 9h, nas dependências do Hotel San Raphael.

Confira a íntegra do edital no box ao lado.

Edital de Convocação do 19º Congresso Estadual do Sindsef-SP

O Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Federal do Estado de São Paulo – Sindsef-SP, em conformidade com os artigos 11, 12 e 13 e seus respectivos parágrafos do seu Estatuto, convoca os trabalhadores no serviço público federal filiados para o 19º Congresso Estadual da entidade, a realizar-se nos dias 26 e 27 de setembro de 2014, a partir das 9h, nas dependências do Hotel San Raphael, situado no Largo do Arouche, 150 – Centro – São Paulo/SP – Cep.: 01219-903. O Congresso tratará da seguinte pauta: Dia 26/09: 1) Análise de Conjuntura (Internacional e Nacional); 2) Balanço e Plano de Lutas do Movimento dos Servidores Públicos Federais; Dia 27/09: 3) Balanço e Planos da Diretoria do Sindsef-SP; 4) Prestação de Contas; 5) Eleição do Sindsef-SP; 6) Assembleia Estatutária. As teses e contribuições serão recebidas pela Coordenação do Sindsef-SP até o dia 15 de setembro de 2014, sempre no horário comercial das 09 às 18 horas, na sede do Sindicato, situado na Rua Alvares Penteado, 97 – 6º andar – Centro- São Paulo/SP. Para inscrição as teses deverão ter, no máximo, 40 mil caracteres (contando os espaços e as assinaturas). No ato da inscrição, deverá ser entregue uma versão em CD e uma cópia impressa da tese. Os delegados para participarem do congresso, deverão ter no mínimo três meses de filiação na entidade, estar em dia com suas obrigações estatutárias e ser eleitos em assembleia por local de trabalho, na proporção de 1 (um) delegado para cada grupo de 5 (cinco) presentes.

São Paulo, 24 de julho de 2014
Diretoria Colegiada do Sindsef-SP

Acompanhe o calendário de assembleias para eleger os delegados que será divulgado no site.

Conselho Deliberativo debate o Desmonte do Estado

Diante dos ataques constantes ao serviço público, o Conselho Deliberativo do Sindsef-SP se reuniu para debater o “Desmonte do Estado”, em palestra realizada em 26 de julho. O membro da Secretaria Executiva Nacional da CSP-Conlutas, Sebastião Carlos (Cacau), usou conceitos e exemplos do cotidiano para dialogar com os participantes.

Cacau buscou ir além do senso comum e fez uma análise mais aprofundada do papel do Estado, definindo-o como um conjunto de instituições que visam manter a sociedade

com as características que ela foi idealizada. “Mas a nossa sociedade está marcada por uma desigualdade muito grande”, observou.

E enumerou diversas situações que comprovam isso: Classes sociais distintas, a forma da polícia atuar nas periferias e nos bairros nobres, a diferença de tratamento nos processos contra os manifestantes e contra os políticos envolvidos em esquemas de corrupção. Ou seja, “na sociedade atual o Estado está a favor de quem detém o poder”, declarou.

“Só vamos ter um Estado a

favor dos trabalhadores quando ocorrer uma modificação social profunda”, continuou.

Na sequência abordou as crises e guerras mundiais e o estado de bem estar social, onde a burguesia dá os anéis para não perder os dedos. “o estado de bem estar social foi uma conquista muito grande dos trabalhadores, mas ao mesmo tempo foi um amortecedor da luta”. O objetivo foi evitar que com a suas lutas os trabalhadores ultrapassassem os limites do capitalismo.

O palestrante prosseguiu falando do chamado “estado mínimo”, das privatizações e da dívida pública. Finalizou comparando com os investimentos feitos no serviço público e afirmou que o Estado brasileiro “é fraco na área social e submisso aos interesses dos banqueiros, mas é forte na repressão para conter movimento sociais”.

Os conselheiros reivindicaram a discussão e fizeram importantes contribuições para o debate.